QUALIFICAÇÃO, DESQUALIFICAÇÃO E SUPERQUALIFICAÇÃO: O MERCADO DE TRABALHO PARA DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR EM SALVADOR

Jaqueline Araújo de Barros[1]
araujoline@hotmail.com

Resumo: O presente artigo realiza uma breve reflexão acerca das condições de trabalho na sociedade capitalista neoliberal que nos últimos tempos baseia-se em preceitos de flexibilidade. Tem por objetivos problematizar a densa relação entre profissionalização, educação e trabalho; compreender em que medida o movimento de constante requalificação profissional se reverte em melhores salários e melhores condições de trabalho e, por fim, analisar a natureza das atuais formas de divisão do trabalho e sua relação com a incessante luta de desapropriação-reapropriação na relação empregador-empregado. Utiliza-se como aporte teórico autores contemporâneos e retorno aos clássicos a fim de discutir elementos basilares e as atuais configurações do capitalismo contemporâneo; também o levantamento de pesquisas atualizadas acerca do tema. Tais profissionais têm, portanto, o desafio simultâneo e duplo de qualificar a si mesmos e aos discentes para inserção no mercado, sem abrir mão da qualidade de vida e do trabalho intelecto-educacional.

Palavras-chave: qualificação-desqualificação, docência, precarização.

Quais são as perspectivas de alguém que, tendo concluído seus estudos superiores, decida dedicar-se profissionalmente à ciência, no âmbito da vida universitária?

Weber – A Ciência como Vocação

[1] Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Socióloga e Cientista Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Professora dos Departamentos de Ciências Contábeis e de Administração da Faculdade São Tomás de Aquino, Técnica do Núcleo Técnico-pedagógico da ASTEC Secretaria Municipal da Educação e Cultura, Membro do GT de Ensino Superior da I Conferência Municipal de Educação do Município de Salvador.

INTRODUÇÃO

O saber profissional das pessoas atravessa gerações, pois se situa no início da vida a partir de um financiamento complexo onde entra a remuneração dos pais, na maioria das vezes até a idade adulta, para a aquisição de livros, manutenção dos filhos na escola, cursos de idioma e informática, entre outros que possam prepará-los para ter sucesso no campo profissional quando forem adultos e tiverem condições de constituir sua própria família – o tempo de uma vida de trabalho ligando inteiras gerações assalariadas.

O presente artigo realiza uma breve reflexão acerca das condições de trabalho na sociedade capitalista neoliberal que nos últimos tempos tem se baseado em preceitos de flexibilidade. Tem por objetivos problematizar a densa relação entre profissionalização, educação e trabalho, tendo objeto de referência os docentes das Instituições de Ensino Superior privadas das capitais brasileiras, com breve recorte para o município de Salvador, contribuindo assim para uma reflexão sobre a realidade local; compreender em que medida o movimento de constante qualificação profissional se reverte em melhores salários e melhores condições de trabalho e, por fim, analisar a natureza das atuais formas de divisão do trabalho e sua relação com a incessante luta de desapropriação-reapropriação na relação empregador-empregado.

Do ponto de vista metodológico, pressupõe pesquisa bibliográfica elegendo como aporte teórico autores contemporâneos como Acácia Kuenzer, Boaventura Santos, Marilena Chauí, Pierre Bourdieu, Zygmunt Bauman, bem como retorno aos clássicos a fim de discutir elementos basilares do capitalismo contemporâneo; também o levantamento de pesquisas atualizadas acerca do tema (base de dados do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – MEC e SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia).

A partir de agora, realizaremos uma breve incursão nas transformações ocorridas no universo do trabalho, cujo fenômeno mais discutido é a inserção e/ou a exclusão do trabalhador nos percursos contraditórios do capitalismo através do processo de qualificação profissional. Tal problemática se situa no movimento reconfiguração do capitalismo, que sem dúvida, aponta como alteração "novas formas de racionalização do trabalho e da vida social"

(SEGININI, 2000, p. 02). Decorre disso o discurso de profissionalização como imperativo para inserção das pessoas no mercado do trabalho.

Nesse sentido, pesquisas recentes mostram que a relação entre educação[2] e trabalho não se expressa mecanicamente, mas sempre mediada. Não é a educação que cria postos de trabalho, mas decisões políticas que favorecem os anseios e necessidades de uma minoria elitista. Vale ressaltar que a crítica aqui realizada situa-se nas condições de precarização[3] às quais estão submetidos os docentes da educação superior atuantes neste tipo de instituição.

1 CENÁRIO DO CAPITALISMO FLEXÍVEL E O DISCURSO DA QUALIFICAÇÃO/SUPERQUALIFICAÇÃO

Contemporaneidade maleável. Esta atualmente vem sendo considerada como uma das expressões que melhor define o período no qual estamos convivendo e participando como agentes das reestruturações nos diversos campos sociais. Onde cada vez mais se torna clara e imperativa a idéia de liquidez e fluidez, que se caracteriza pela mudança de organização e comportamento para adaptação às diversas situações.

Um período que, de acordo com a visão neoliberal, é um momento de hegemonia óbvia e aparentemente inevitável, da passagem dos discursos sólidos aos líquidos, marcado pelo desenvolvimento e consolidação do capitalismo e a contribuição deste para a acumulação flexível de capital apoiada na emersão de novos mercados e setores produtivos, na flexibilização dos processos e mercados de trabalho, com acentuado individualismo em detrimento da coletividade[4] e estreitamento das relações tempo-espaço pautando-se na idéia de crescimento máximo, onde o fim único e último das ações é produtividade e competitividade por meio de inovações tecnológicas e organizacionais. (CHAUÍ, 1999, p. 31)

1.1 Configurações: Do Sólido ao Líquido

[2] Entendida apenas na sua dimensão estrita: formar para o trabalho.
[3] Refere-se a insustentabilidade e a ausência de garantias trabalhistas frente às turbulências dos mercados nacional e internacional, mesmo que os profissionais estejam qualificados.
[4] Boaventura Santos (2002) analisa a existência de uma crise do "regime geral" no qual se verifica multiplicidade de interesses que fragmenta a sociedade, uma oposição entre mundo individual e mundo social, ou de acordo com Bauman (2001) um "agregado de eus".

Vivemos num ritmo que não permite o exercício de reflexão das ações individuais ou coletivas (ausência de consciência), porque não se pode "perder tempo". Toda produção e trabalho se tornam atitudes presenteístas em virtude da instabilidade que se apresenta, com conseqüente precarização do trabalho e perda das mínimas vantagens que compensam os baixos salários. Bauman declara que

> Numa vida guiada pelo preceito da flexibilidade, as estratégias e planos de vida só podem ser de curto prazo [...] atos de trabalho se parecem mais com as estratégias de um jogador que se põe modestos objetivos de curto prazo, não antecipando mais que um ou dois movimentos. O que conta são os efeitos imediatos de cada movimento, os efeitos devem passiveis de ser consumidos no ato [...] Os caminhos da vida não se tornam mais retos por serem trilhados, e virar uma esquina não é garantia de que os rumos corretos serão seguidos no futuro. E assim o trabalho mudou de caráter. (2001, p. 158-160)

A construção de uma carreira enquanto evocação de uma trajetória estabelecida por pressões coordenadas de tempo e espaço, surge então como principal esperança de controle do presente permeado cotidianamente pela ansiedade, para conseguinte tentativa de controle do futuro – controle de um porvir caótico.

Essas configurações fluidas[5] retratam uma sociedade que é evolutiva no sentido de buscar novos caminhos quebrando paradigmas impostos por modelos que são característicos dos sistemas e discursos sólidos ou ortodoxos, que caminha a passos cada vez mais largos, velozes, opressivos e normalmente destrutivos para sua remontagem e remodelagem.

Numa outra perspectiva, a utilização de termos para definir o momento atual tais como flexível, maleável, entre outros, é um intento neoliberal de fazer

[5] Refere-se à dinâmica social contemporânea complexa e diversificada, apontando para a necessidade de constante adaptação ou transformação.

crer que sua mensagem "é uma mensagem universalista de libertação". Em linhas gerais, Bourdieu (1998), declara que é uma doutrinação simbólica disseminada com grande auxílio da mídia eletrônica e impressa, com a utilização de um jogo eufêmico para atenuar em nossas mentes os impactos negativos das práticas neoliberais.

Entre as principais palavras desse jogo está *flexibilidade* que conduz, em último caso, a revoluções conservadoras carregando as ações com forte tom de impotência ante os acontecimentos nos diversos campos da sociedade, pois padroniza as práticas de acordo com as leis do mercado adornado com signos da modernidade.

Nesse contexto, os dirigentes estatais agem de acordo com as convicções e posições políticas do momento (conveniências). O Estado, portanto, não se apresenta inteiramente a serviço da classe dominante possuindo certa medida de autonomia, mas também deixa de garantir a todos os cidadãos os direitos contratuais – um processo de involução estatal que se torna um solo fértil para conflitos de interesses.

Os critérios de inclusão e exclusão referente às relações trabalhistas estão baseados na educação em graus diferenciados de acesso, tendo como pilares o discurso da qualificação profissional e a ideologia da competência – um conceito novo, surgido no âmbito empresarial – focando características subjetivas que se manifestam no dia a dia do ambiente de trabalho tais como liderança, pró-atividade, espírito de grupo, entre outras.

As configurações flexíveis da política neoliberal que orientam a educação para o trabalho demandam nova postura e pedagogia por parte do docente que, além de desenvolver as competências e habilidades que são exigidas pelo mercado de trabalho[6], precisa estar capacitado para desenvolvê-las nos estudantes através da interação destes com o conhecimento e a realidade que os cerca – "professor de novo tipo" (KUENZER, 1999). Um desafio simultâneo e duplo que exige o repensar da atuação do professor de ensino superior quanto à docência e inserção no mercado de trabalho.

1.2 Movimento Contraditório: Critérios de Inclusão e Exclusão

[6] Um conjunto de mecanismos sociais através dos quais a força de trabalho e a capacidade intelectual estão numa relação de compra e venda.

As transformações que vêm ocorrendo no capitalismo flexível com a sucessão de mudanças advindas pela mundialização, representam reveses para os trabalhadores, visto que são afetadas suas condições de vida e trabalho e, no que tange a esta última, é digno de nota a desregulamentação das relações e o surgimento de novas demandas por profissionais qualificados.

Numa análise de pirâmide invertida referente às relações de trabalho, verifica-se um processo crescente de precarização[7], um falso contrato no qual as condições são impostas sem negociação com o parceiro mais fraco, isto é aqueles que vendem sua força de trabalho, sendo no estudo em questão, o trabalho intelectual. Ao analisar o momento que estamos atravessando, Boaventura Santos destaca as características dessa "nova contratualização" quando diz

> [...] esta nova contratualização tem pouco a ver com a que foi fundada na idéia moderna de contrato social. Em primeiro lugar, trata-se de uma contratualização liberal individualista, moldada na idéia do contrato de direito civil, entre indivíduos e não na idéia do contrato social entre agregações coletivas de interesses sociais divergentes. O Estado, ao contrário do que se passa no contrato social, tem uma intervenção mínima, de assegurar o cumprimento do contrato enquanto ele não for denunciado, sem, no entanto, poder interferir nas condições e nos termos do acordado. Em segundo lugar, ao contrário do contrato social, a nova contratualização não tem qualquer estabilidade podendo ser denunciada a qualquer momento por qualquer das partes [...] Em terceiro lugar, a contratualização liberal não reconhece o conflito e a luta como elementos estruturais do combate. (1999, p. 95)

Quanto à capacidade de enfrentamento dos trabalhadores ante a "nova contratualização", vale ressaltar as palavras de Ferretti ao tratar dessa

[7] Refere-se a insustentabilidade e a ausência de garantias trabalhistas frente às turbulências dos mercados nacional e internacional, mesmo que os profissionais estejam qualificados.

"negociação" nas grandes empresas, mas que tem aplicação válida em outras situações de trabalho

> [...] muito do que se denomina de negociação, nas atuais relações entre trabalhadores e empresários na grande empresa automatizada, nada mais é do que constrangimento e subordinação sob a aparência de respeito e participação [...] Isto pode significar, no limite, a 'naturalização' da produção capitalista e a negação, como 'atrasado', do embate político em torno de interesses divergentes. (2002, p. 114,115)

Verifica-se, portanto, um movimento contraditório no qual os trabalhadores são incluídos segundo uma lógica de exclusão, que só se legitima mantendo a idéia da não existência de excluídos. Uma correlação de forças e tensões onde os novos incluídos só o são à custa dos velhos excluídos, uma situação que na atual configuração não pode ser sanada, apenas administrada.

1.3 Aspectos da Relação: Desenvolvimento, Qualificação Profissional, Competência e Educação

De acordo com Antoniazzi (2005)[8] a "qualificação profissional, em si e por si mesma, não gera trabalho, não eleva a renda, não faz justiça social", temos assim que o desenvolvimento econômico não é mais sinônimo de desenvolvimento social. Boaventura Santos (1999) retrata bem esse quadro ao dizer que "a estabilidade de que fala o consenso neoliberal é sempre a das expectativas dos mercados e dos investimentos, nunca é a das expectativas das pessoas."

A instabilidade que acompanha a precarização referente aos docentes do Ensino Superior com a ausência de vínculos empregatícios, exige que esses trabalhadores incrementem suas chances de empregabilidade por serem

[8] *Apud* (BRASIL, 2000, p. 7).

adaptáveis, flexíveis, criativos, destacando como imprescindível à existência de profissionais fluidos[9] que possam transitar e dialogar em áreas afins e/ou diferentes da sua formação inicial.

Sendo assim, ser flexível significa ter alta carga horária, trabalhar em horários diversificados, submetendo-se na maior parte das vezes a trabalhar sem garantias trabalhistas. Transfere-se para o trabalhador a responsabilidade por estar empregado ou desempregado, frente às novas exigências do mercado, dentre estas a valorização de qualificações individuais, uma forma de exclusão social por via do trabalho.

Dada sua natureza diversa, o conceito de qualificação é polissêmico, assumindo varias acepções de acordo com o contexto de sua utilização, podendo ser analisada em prismas e focos diferenciados tais como um conjunto de procedimentos que sancionam a autonomia do trabalhador, sua experiência, seu saber – a capacidade que tem de empregar a si próprio; ocupação de um posto de trabalho onde o indivíduo que o ocupa se distingue dos outros por habilidade, experiência e formação conferindo-lhe um status específico; ou, uma relação necessária entre a qualificação do posto e a qualificação do trabalhador, que nem sempre são coincidentes, gerando conflitos.

Atualmente, surge a polêmica em torno da substituição do conceito de qualificação pelo de competência[10]. O flexível capitalismo neoliberal demanda do trabalhador algo mais do que qualificação, pois esta tende a tornar-se sem efeito à medida que se modificam as condições da divisão do trabalho social. Esta ideologia neoliberal se apresenta como "uma espécie de neodarwinismo social" (BOURDIEU, 2001, p. 58), onde o triunfo está para aqueles que são os melhores, que possuem o dom do brilho e da inteligência. Ao parafrasear Max Weber, Bourdieu (1998, p. 59) menciona que os dominantes necessitam sempre de uma "sociodicéia, algo que teoricamente justifique o fato de serem privilegiados."

Introjeta-se[11] a idéia de que qualquer profissional que tenha por alvo sua sobrevivência no mercado de trabalho precisa manter-se atualizado, quando o

---

[9] Profissionais que procuram rapidamente adaptar-se às condições do mercado de trabalho e da empresa na qual trabalha, qualificando-se por aumentar seu grau de escolaridade e acompanhar o desenvolvimento tecnológico.

[10] Baseada em princípios mais subjetivos, um conceito nascido no âmbito empresarial que mescla atributos profissionais e pessoais, tais como dinamismo, criatividade em face de situações desconhecidas, enfrentamento das constantes mudanças, resistência às pressões, pensamento lógico e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade de comunicação clara e precisa, capacidade para trabalhar em grupo e tomar decisões e pensar, de ser pró-ativo, de ter iniciativa e tomar para si responsabilidades.

[11] Um mecanismo psicológico pelo qual o indivíduo, de modo inconsciente, se apossa de um fato ou de uma característica alheia tornado-o parte de si mesmo.

que na realidade observamos é um processo excludente e ascendente de precarização e a criação de um mito que destaca a qualificação como solução real e possível para os problemas relacionados ao campo do trabalho.

Ao fundamentar as bases que tratam das novas políticas de formação docente e do conseqüente processo de exclusão gerada por estas, Kuenzer (1999) centraliza as discussões no seguinte ponto: há um dualismo referente às novas políticas de formação posto que vivenciamos um novo conceito de empregabilidade onde a qualificação e o acesso aos melhores postos de trabalho são um campo privilegiado aos dispõem de mais tempo e dinheiro, processo que cria uma subclasse de excluídos – os sobrantes.

O cenário de reestruturação ora apresentado, onde a elevação da escolaridade é objeto de desejos e expectativas, demanda uma nova postura dos docentes que devem buscar cada vez mais uma formação especializada e continuada, em virtude da erosão crescente dos direitos econômico-sociais e inviabilização do acesso aos direitos mínimos dos cidadãos através de sistemas educacionais seletivos que incluem os trabalhadores segundo uma lógica de exclusão.

Sendo assim, faz-se necessário trazer atenção a alguns questionamentos, com a finalidade de refletir sobre as configurações nas quais estão envolvidos os docentes do Ensino Superior, tais como: qualificação é um privilégio? O trabalhador é qualificado porque ocupa uma função importante, ou ele é alocado preferencialmente a determinada função porque possui qualificação? A qualificação conduz mesmo à revalorização profissional? Trataremos destes a seguir.

2 PRIVILÉGIO, PRECARIZAÇÃO E DOCENCIA NO ENSINO SUPERIOR EM SALVADOR

Vivemos num estágio do modo de produção capitalista onde há uma grande demanda por "capital cultural", tornando o sistema de ensino uma instância dominante, pois este exerce a função de reprodutor da posição dos agentes sociais e de seus grupos na estrutura da sociedade. Desse modo, é de suma

importância que cada indivíduo invista em sua formação educacional a fim de assegurar melhor remuneração e inserção no mercado de trabalho.

Desloca-se a ênfase da escola enquanto lugar de formação do pensar crítico-reflexivo, para a visão economicista da educação competitiva da mundialização econômica. A conjuntura delineada ante nossos olhos ressalta um modelo de educação instrumental que atua de acordo com os interesses do capital privado, com a expansão excessiva de instituições de ensino superior privadas com o apoio do Estado.

2.1 O Privilégio da Qualificação Profissional

A qualificação acadêmica tornou-se um espaço privilegiado para os que possuem capital econômico e social, bem como uma rede de relações[12] coesa. Verificamos a permanência da relação entre os diplomas e os cargos. Os diplomas e certificados tornaram-se 'certidões de competência cultural' que podem ser convertidas em capital econômico, estabelecendo o valor em dinheiro para seus possuidores, como destaca Bourdieu

> [...] o valor em dinheiro pelo qual pode ser trocado no mercado de trabalho – o investimento escolar só pode ter sentido se um mínimo de reversibilidade da conversão que ele implica for objetivamente garantido. Pelo fato de que os benefícios materiais e simbólicos que o certificado escolar garante, dependem também de sua raridade, pode ocorrer que os investimentos (em tempo e esforços) sejam menos rentáveis do que se previa no momento em que eles foram realizados [...] As estratégias de reconversão do capital econômico em capital cultural, que estão entre os fatores conjunturais da explosão escolar e da inflação de diplomas,

[12] "É o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo." (1998, p. 68)

> são comandadas pelas transformações da estrutura das oportunidades de lucro asseguradas pelas diferentes espécies de capital. (1998, p. 79)

Vivemos, uma geração após outra, com o crescente aumento no número dos diplomas, com a desvalorização dos títulos acadêmicos no mercado de trabalho e a exclusão dos não diplomados. O diploma é uma propriedade adquirida que acompanha o indivíduo pelo resto de sua carreira, daí decorre sua defasagem, pois as competências que um diploma garante não acompanham as características dos cargos visto que esses últimos dependem das configurações econômicas que, na atualidade, são dinâmicas e flexíveis.

2.2 Um Campo de Privilégios e Exploração

O processo de qualificação, desqualificação e requalificação é uma dimensão oculta da luta de classes, pois resultam da intensificação da concorrência pela aquisição de títulos acadêmicos mais elevados, onde as elites econômicas e sociais possuem maior vantagem. No entanto, verifica-se o fato de que os docentes do ensino superior, em sua grande maioria, estão submetidos a condições precárias como baixos salários, alta jornada de trabalho, rotina de constantes deslocamentos de uma instituição para outra, além de dificuldades quanto aos recursos didáticos e materiais.

Essa situação é agravada pela insegurança das contratações temporárias[13], coadunando a atividade docente com as demandas do capitalismo neoliberal. Os docentes da Educação Superior para estarem entre os qualificados, vivem uma verdadeira maratona de leituras superficiais dos últimos títulos lançados, participação em cursos simplificados e de curta duração, realização de pesquisas com resultados que num espaço mínimo de tempo são superados.

Tal processo tem escravizado os indivíduos fazendo destes devedores de si próprio, capturando a subjetividade humana no mais profundo grau, numa busca desmedida pelo acúmulo de competências para adquirir e preservar as garantias

[13] Existindo uma alternância entre contratação e dispensa de acordo com as disciplinas por semestre, tal circunstância leva o docente a exercer atividades profissionais paralelas para que possa dar conta de suas necessidades físicas, emocionais e materiais.

da empregabilidade, envolvendo-os num véu que mistifica sua condição de "mão-de-obra manipulável a preços cada vez mais baixos" (LEDA, 2002, p. 5), naturalizando a cisão entre excluídos e integrados.

Por viverem em um ambiente de alta competitividade e individualismo esses profissionais, em sua grande maioria, não percebem sua condição de explorados e, para sobreviverem, retroalimentam o sistema capitalista neoliberal. Isto coaduna com o que diz o sociólogo Domenico De Masi numa entrevista concedida ao jornal Gazeta Mercantil em 11 de maio de 2006

> [...] O trabalho intelectual de massa é muito recente. É um trabalho muito individual, isolado, por isso os intelectuais não são capazes de lutar juntos, são pouco agressivos, tem pouca consciência de classe, portanto a exploração é maior que do trabalho físico. [...] Os intelectuais não entenderam que são explorados, crêem ser privilegiados, mas são os mais explorados de todos.

É importante destacar as condições de precarização às quais estão submetidos esses trabalhadores, pois o valor pago pela hora-aula é costumeiramente baixo sendo necessário ministrar muitas disciplinas e, na maioria dos casos, em instituições variadas o que intensifica a rotina de deslocamentos, além da dificuldade quanto aos recursos materiais e didáticos. A atividade do docente de ensino superior reduz-se a apenas dar aulas, não podendo envolver-se de maneira adequada com a atividade docente, o que envolve preparar as aulas de modo criterioso, desenvolver projetos de pesquisa e extensão.

2.3 Expansão do Ensino Superior Privado

O histórico das IES privadas em Salvador remonta aos anos 1950. Inicialmente, a Escola Superior de Estatística da Bahia (ESEBA), criada em 1953 e reconhecida em 1966, e a Escola Baiana de Medicina, implantada no mesmo ano. Os anos 1960 são marcados por três empreendimentos: a criação da Universidade Católica do Salvador (UCSal); a implantação da Faculdade Católica

de Ciências Econômicas da Bahia (FACCEBA); e, em 1967, a criação da Faculdade de Educação da Bahia (FEBA). Em 1972, é reconhecida a Faculdade de Ciências Contábeis, da Fundação Visconde de Cairu, e a implantada a Facs. A FEBA dá origem, nos anos 1980-1990, às Faculdades Integradas Olga Mettig, que incluem a Faculdade de Turismo (FACTUR) e a Faculdade de Administração em Comércio Exterior (FACEX).

As décadas de 1970 e 1980 se caracterizam por um período de expansão da universidade confessional católica UCSal. Nos anos 1990, é criada a Universidade Salvador (Unifacs) sendo que, a partir de então, se verifica um período marcado por enorme expansão no setor privado, conforme dados do Inep/ME expostos na tabela a seguir:

Tabela 1 – Distribuição das IES Privadas por Organização Acadêmica em Salvador, 2003.

Organização Acadêmica	Quantidade IES
Universidade	2
Centro Universitário	1
Faculdades Integradas	1
Faculdade	41
Instituto Superior ou Escola Superior	7
Centro de Educação Tecnológica	1
Total	53

Fonte: Inep/ME, acesso em 07/02/2007.

O município de Salvador vem acompanhando o processo de expansão das IES privadas nas capitais brasileiras, onde podemos observar o quantitativo correspondente a 10% do total nacional em 2004, conforme dados fornecidos pelo Inep na tabela seguinte:

Tabela 2 – Número de profissionais de Instituições de Ensino Superior – IES Particulares nas Capitais Brasileiras em 2004.

Tipo de Instituição	Freqüência	
	Nº	%
Universidade	13	2,6
Centro Universitário	30	5,9
Faculdades Integradas	28	5,5
Faculdade	387	76,6
Centro de Educação Tecnológica	47	9,3
Total de Instituições	505	100,0

Fonte: Inep/ME, acesso em 02/02/2007.

Analisando o número de instituições particulares de curso superior, verifica-se que as faculdades representam 76,6% das IES particulares das capitais brasileiras em 2004, entretanto, observa-se que as universidades respondem por apenas 2,6%.

Quanto à distribuição dos profissionais docentes nas IES privadas em Salvador de acordo com o grau de formação, no ano de 2003, verifica-se a relevância no número de mestres e especialistas nas Faculdades, 796 e 695, respectivamente, e apenas 83 graduados, enquanto que nas Universidades observa-se um total de 368 mestres, 412 especialistas, sendo que a relevância está na existência de 499 graduados. Verificam-se tais pontos de acordo com dados da SEI/Ba fornecidos a seguir:

Tabela 3 – Distribuição de Professores nas principais IES Privadas segundo o Grau de Formação, Município de Salvador em 2003.

Organização Acadêmica	Pós Doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Total
Faculdade	-	140	796	695	83	1.71

						5
Faculdade Integrada	-	21	120	152	18	311
Fundação	-	121	237	390	40	788
Instituto	-	9	63	84	35	191
Centro Universitário	2	5	37	92	31	167
Universidade	-	114	368	412	499	1.393
Total	2	410	1.621	1.825	706	4.565

Fonte: SEI, acesso em 07/02/2007.

Vale ressaltar que a superqualificação também é excludente, isto se evidencia pelo fato da reduzida contratação daqueles que possuem os títulos de pós-doutor e doutor.

Em comparação com os dados das capitais brasileiras, quanto à distribuição dos profissionais docentes nas IES privadas de acordo com o grau de formação, no ano de 2004, o número de docentes no município de Salvador em 2003 corresponde à cerca de aproximadamente 10% do total nacional, conforme dados fornecidos pelo Inep na tabela seguinte:

Tabela 4 – Distribuição dos profissionais nas IES Particulares nas Capitais Brasileiras, segundo Grau de Formação, 2004.

Organização Acadêmica*	Graduado		Especialista		Mestre		Doutor		Total na Instituição	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Universidade	2.585	40,1	3.608	22,1	5.034	28,0	1.523	31,2	12.840	27,9
	20,1		28,1		39,2		11,9		100,0	
Centro Universitário	1.486	23,0	4.029	24,6	3.989	22,2	1.399	28,6	10.973	23,9
	13,5		36,7		36,4		12,7		100,0	
Faculdade	2.376	36,9	8.724	53,3	8.980	49,9	1.964	40,2	22.184	48,2

	10,7		39,3		40,5		8,9		100,0	
Total	6.447	100,0	16.361	100,0	18.003	100,0	4.886	100,0	45.997	100,0

Fonte: Inep/ME, acesso em 02/02/2007.

*Excluídos Faculdade Integrada e Centro de Educação Tecnológica por não possuir informação na fonte.

2.4 Precarização nas Relações de Trabalho dos Docentes

Ser professor do ensino superior sem dúvida é algo que confere status social, pois se presume que estes recebam salários avantajados e possuam excelentes condições de trabalho. É verdade que até em torno da oitava ou nona década do século XX, era uma classe que gozava de condições mais favoráveis, contudo, a partir de então os salários e as condições de trabalho vem se deteriorando a cada dia e a busca por qualificação profissional conferida por de títulos acadêmicos está cada vez mais intensa.

As IES particulares, para seu mínimo funcionamento de acordo com a legislação vigente regulamentada pelo Ministério da Educação do Brasil – ME, devem manter seu quadro docente com as especificações a seguir. Os títulos de doutor, mestre, especialista e devem ser reconhecidos pelo ME, por agências reguladoras das IES e pela da comunidade acadêmica, por deliberação do colegiado superior da IES, nos termos da legislação.

Quadro 1 – Especificações quanto ao mínimo de titulação acadêmica

TITULAÇÃO	**CONCEITO**			
	A	B	C	D
Graduação	*	*	*	*
Especialização	70%	60%	50%	40%
Mestrado	25%	15%	10%	10%
Doutorado	5%	5%	-	-

Fonte: Inep/ME.

O regime de trabalho abrange duas modalidades de contrato: a primeira, a de tempo contínuo-integral e parcial – contemplando, além das horas-aula, outras atividades de cunho acadêmico e administrativo; e a segunda, o regime de dedicação docente do professor horista.

As contratações em tempo parcial de 10h/semana devem prever 20% das horas contratadas para funções extraclasse. Já as contratações de tempo parcial de 20h/semana devem prever um mínimo de 40% das horas contratadas para funções extraclasse. As contratações em tempo integral, de 40h/semana devem prever um mínimo de 50% das horas contratadas para funções extraclasse. Os contratos de horistas ficam a critério das Instituições de Ensino Superior – IES, e deve ter um regime definido com contrato exclusivo de docência em sala de aula.

As horas/semana contratadas para as funções extraclasse podem ser distribuídas a critério da IES, nas áreas do ensino, pesquisa, extensão, atendimento de alunos, administração escolar e outras.

Quadro 2 – Especificações quanto ao mínimo de regime de trabalho

REGIME DE TRABALHO	**CONCEITO**			
	A	B	C	D
Horista	*	*	*	*
TP-10 h/Semana	25%	20%	10%	5%
TP-20 h/Semana	15%	10%	5%	-
TP-40 h/Semana	10%	5%	-	-

Fonte: Inep/ME.

No entanto, dados sistematizados pelo Inep na tabela seguinte referentes à distribuição dos profissionais nas IES Particulares nas Capitais Brasileiras de acordo com o regime de trabalho e organização acadêmica, no ano de 2004, demonstram que a realidade que se nos apresenta revela um quadro muito diverso dos critérios estabelecidos.

Tabela 5 – Distribuição dos profissionais nas IES Particulares nas Capitais Brasileiras segundo Regime de Trabalho e Organização Acadêmica em 2004.

Organização Acadêmica*	Regime de Trabalho						
	Tempo Integral		Tempo Parcial		Horista		Total das Instituições
	n	%	n	%	n	%	
Universidade	3.108	43,7	4.577	32,9	5.065	20,5	12.750
	24,4		35,9		39,7		100,0
Centro Universitário	1.741	24,5	4.077	29,3	5.085	20,6	10.903
	16,0		37,4		46,6		100,0
Faculdade	2.261	31,8	5.238	37,7	14.554	58,9	22.053
	10,3		23,8		66,0		100,0
Total	7.110	100,0	13.892	100,0	24.704	100,0	45.706

Fonte: ME/Inep, acesso em 02/02/2007.

*Excluídos Faculdade Integrada e Centro de Educação Tecnológica por não possuir informação na fonte.

Verifica-se nas Faculdades o percentual de 58,9% trabalhadores horistas, enquanto que nas Universidades é de 20,5%. É notória nas Faculdades a concentração no percentual de horistas, indicando a crescente precarização que afeta esta classe trabalhadora.

É importante considerar que o crescente aumento no número de diplomados tem gerado o crescente desemprego entre os trabalhadores escolarizados, visto que atualmente dispomos de mais de 45.000 profissionais entre especialistas, mestres e doutores nas IES privadas das capitais brasileiras, que vivem em busca de garantir suas condições de empregabilidade, balizando a atividade docente com as demandas capitalistas, e implicações psicossomáticas como ansiedade e estresse coadunando essas implicações com condições precárias de trabalho tais como a alta jornada, os deslocamentos contínuos e a desvalorização social do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões e fatos apontados nesse artigo mostram que a relação entre educação e trabalho não se expressa mecanicamente, mas sempre mediada. Não é a educação que cria postos de trabalho, mas decisões políticas que favorecem os anseios e necessidades de uma minoria elitista.

Apesar dos elevados índices de escolarização, vimos que a precarização é um processo social que atinge os docentes do ensino superior, destacam o fato de que o ingresso e permanência na vida acadêmica se tornam um espaço privilegiado aos que possuem, além de uma rede de relações coesa, títulos acadêmicos mais elevados. Por esse motivo, a concorrência pela aquisição titulações acadêmicas a cada dia se intensifica, o que tem resultado na formação de docentes desprovidos da identidade de pesquisador e cientista.

Verificamos que a expansão excessiva das IES privadas, conforme tabelas 1 e 2, principalmente a partir de 1990, é devido a ações de estímulo por parte do Estado quanto à abertura de cursos de graduação, produzindo um crescente no número de diplomados.

Pudemos observar que, apesar da regulamentação vigente por parte do Ministério da Educação estabelecer especificações do mínimo de contratações para o funcionamento das IES privadas no que tange à titulação acadêmica e ao regime de trabalho, de acordo com os quadros 1 e 2, a realidade revela um quadro muito diverso dos critérios estabelecidos.

Vale ressaltar que a crítica realizada por este trabalho situou-se não na existência de IES privadas, mas nas condições de precarização às quais estão submetidos os profissionais da educação superior, pois, de acordo com os dados obtidos pelo Inep/ME e pela SEI/Ba nas tabelas 3 e 4, pudemos observar que estas são responsáveis pela absorção de uma grande quantidade de professores da educação superior em seus diversos níveis de graduação.

Outra constatação é que a contratação de um pequeno número de pós-doutores e doutores revela que a superqualificação também é excludente, abrindo-nos o precedente para dizer que os mestres estão a caminho da exclusão, pois o número de contratações destes é inferior a dos especialistas, evidenciando que a atenção dos donos das IES particulares está voltada para o valor pago pela hora-aula, conforme a tabela 5.

Tem-se a clareza de que este estudo não pretende esgotar o tema, tampouco oferecer verdades prontas e generalizantes. Exercitou-se o uso das teorias sociológicas, sugerindo-se para estudos posteriores análises referentes ao aprofundamento do estudo da relação entre os critérios estabelecidos pelos órgãos reguladores do Estado e o que tem sido feito pelas IES particulares para atendê-los; a busca de alternativas para a convivência ou mudança dessas condições que desvalorizam o profissional da educação em sentido social e econômico. É importante que possamos analisar o exposto até o presente momento, visto que as dimensões do viver social não podem ser abarcadas pelas apenas pelas teorias, pois o conceito é sempre menor do que a vida.

REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, Maria R. F. **O plano de qualificação profissional do trabalhador**: política pública de emprego. Revista Trabalho Necessário, Salvador, ano 3, n.3, 2005. Disponível em: <www.uff.br/trabalhonecessario/indice%20geral%20TN4.htm>. Acesso em: 20 jan. 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Contrafogos**: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

CASTEL, R. As metamorfoses do trabalho. In: FIORI, J. L.; LOURENÇO, M. S.; NORONHA, J.C. (Orgs.) **Globalização**: o fato e o mito. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.147-163.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Legislação Educacional (ProLEI). Disponível em: <**http://www.prolei.inep.gov.br/**>. Acesso em: 05 fev. 2007.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. 2.ed., São Paulo: Vozes, 1999.

DE MASI, Domenico. Ócio criativo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A6, 11 maio 2006. Entrevista concedida a Luciana Collet.

EDUDATABRASIL – SISTEMA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS. Funções docentes. Ensino Superior. Grau de formação. Regime de Trabalho. Sexo. Organização Acadêmica. Cursos de Graduação. Disponível em: <**http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/**>. Acesso em: 05 fev. 2007.

FERRETTI, C. J. Empresários, trabalhadores e educadores: diferentes olhares sobre as relações trabalho e educação no Brasil nos anos recentes. In: **Capitalismo, trabalho e educação**. LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J.L. (Orgs.) Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002, p.97-118.

FRIGOTTO, G. Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J.L. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção educação contemporânea), p. 61-74.

KUENZER, Acácia Zeneida. **As políticas de formação**: a construção da identidade do professor sobrante. Educação e sociedade, ano XX, n.68, dez-99.

LEDA, Denise Bessa. **Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas**. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-1979--Int.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ROLLE, Pierre. O que é a qualificação do trabalho? In: _____. **Divisão capitalista do trabalho**. Tempo Social, Revista de Sociologia. USP, S. Paulo, 1989, p. 74-87.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventar a democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: _____. **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. São Paulo: Vozes, 1999.

SAVIANI, D. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/ Fiocruz, v.1, n.1, mar. 2003.

SEGNINI, Liliana R. P. **Educação e Trabalho**: uma relação tão necessária quanto insuficiente. Revista São Paulo em Perspectiva, 14(2), 2000, p. 72-81.

SISTEMAS DE CONSULTA. Consulta ao Banco de Dados. Tabelas. Social (gr4). Educação (sg13). Quantidade de Professores nas Universidades por Grau de Formação (t36). Disponível em: <**http://www.sei.ba.gov.br/sei/consulta_frame.wsp**>. Acesso em: 05 fev. 2007.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2001.